

ATA 16

Ao sexto dia do mês de maio de dois mil e vinte e um, reuniu-se pelas 18h, em sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, nas instalações da Junta, sita à Rua do Campo Alegre, 244. A mesma foi realizada sem público, cumprindo deste modo as orientações da Direção Geral da Saúde.

- Mário José Machado de Faria e Almeida Praça (RM)
- Carla Elisabet de Oliveira e Silva (RM)
- Alexandre Paulo da Silva e Sá (RM)
- Cláudia Isabel Vergueiro Fernandes Costa (RM)
- Nuno Filipe Teixeira da Cruz (RM)
- Gonçalo Soares Teixeira Norton Lages (RM)
- Virgínia Celina Braga Oliveira Sendino Cardoso Pinheiro (RM)
- Sofia Margarida Murta Alves (RM)
- Marco Régis Lacomblez Leitão (PS)
- Maria Manuela Nunes Lopes G. de Brito Amorim (PS)
- Albina Fernanda Monteiro Pacheco (PS)
- António Pedro Lima Sequeira (PS)
- Alexandre Pinto Teixeira (PSD)
- Sónia Maria da Silva Ribeiro (PSD)
- Casimiro António Valente Calisto (CDU)
- António de Oliveira Alves (CDU)
- Susana Salbany Constante Pereira (BE)

Participaram dois membros da Assembleia de Freguesia, por vídeo conferência: Susana Constante Pereira (BE) e Pedro Sequeira (PS).

Foram apresentados os seguintes pedidos de substituição:

- José Leandro Amaro da Veiga (RM), substituído por Isabel Maria Silveirinha Seara C. Vallada, que não compareceu;

- Cândida Paula Oliveira Freitas Silva Roseira (PS), substituída por David dos Santos Ferreira, que não compareceu;
- Ana Elisa de Sousa Almeida (PS), substituída por Albina Fernanda Monteiro Pacheco;
- José António da Silva Barradas (RM), substituído por Sofia Margarida Murta Alves;
- Ana Reynolds de Magalhães A. C. Castro Saraiva (PSD), substituída por Alexandre Pinto Teixeira;
- Maria Teresa de Mesquita Guimarães Osswald (PSD), substituída por Sónia Maria da Silva Ribeiro.

Após a confirmação dos membros presentes ficou constituída a mesa da Assembleia:

- Presidente - Mário José Machado de Faria e Almeida Praça
- 1º Secretário - Carla Elisabett de Oliveira e Silva
- 2º Secretário - Alexandre Paulo da Silva e Sá

Presidente da Assembleia de Freguesia, deu início a Assembleia de Freguesia e começou pela chamada dos presentes e leitura do edital. Informou que não houve nenhum pedido de intervenção por parte de nenhuma Associação, nem de um particular e espera estar em condições de o fazer numa próxima assembleia, preferencialmente no salão nobre de Lordelo do Ouro. Não se verificando intervenções do público, deu-se início à intervenção das forças políticas. Verificou-se um pedido de voto de pesar, apresentado pelo grupo Rui Moreira.

Cláudia Costa, RM, cumprimentou todos os presentes e passou a apresentar o voto de pesar, pelo falecimento do Presidente de Junta de Freguesia de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Dr. Nuno Ortigão.

Marco Leitão, PS, cumprimentou todos os presentes para informar que obviamente se iriam associar e também dar uma pequena nota, dado que o conheceu não muito bem, mas falou algumas vezes com ele, e sempre teve uma ótima impressão dele como pessoa. Não conhece o trabalho dele como Autarca, mas considerava-o uma ótima pessoa e foi com muita pena que soube desta notícia.

Susana Pereira, BE, cumprimentou todos os presentes e mencionou que o Bloco de Esquerda se associou a este voto de pesar e votará favoravelmente. Foi com consternação que receberam a notícia e o Bloco de Esquerda dirigiu as suas condolências, por via do representante na Assembleia de Freguesia de Aldoar Foz do Douro e Nevogilde. Aqui reiteram e subscrevem parte das palavras deste voto de pesar.

Presidente da Assembleia de Freguesia, comunicou que o voto de pesar foi aprovado por unanimidade, com 15 votos a favor. Acrescentou que conheceu muito bem o Nuno, como

conhecia grande parte da família dele e a perda de uma pessoa numa idade destas, é muito complicada ainda mais quando existem dois filhos muito novos que ficaram sem pai e associou-se também a estas palavras, apresentando os seus sentidos pêsames a família.

Foi feito um minuto de silêncio.

Presidente da Assembleia de Freguesia, informou que deu entrada o membro da Assembleia de Freguesia, Gonçalo Soares Norton Teixeira Lage, perfazendo um novo total de dezasseis elementos.

Manuela Amorim, PS, cumprimentou todos os presentes. Reiterou o intento de se abordar o tema da toxicod dependência. Nessa linha voltou ao tema porque acha que o tema não deve ser esquecido, porque não foi resolvido e enquanto não o for, há que procurar sonhar para que possa vir a sê-lo. Tem por esta Assembleia o maior respeito e procura sempre ser clara, franca e direta, pelo que sentiu que tinha necessidade de obter mais informação. Não informação sobre drogas, porque tem livros em casa, mas mais informação sobre o porquê do que leva pessoas ao consumo, sobre como poder suavizar e ajudar. Teve conhecimento que existe um jornalista de seu nome, Sérgio Oliveira, que há mais de 20 anos se vem ocupando largamente deste tema. Publica mensalmente a revista "Dependências" e a ela se dedica, com toda a devoção com toda a atenção e com todo o conhecimento, a descrever o drama que é ser toxicod dependente. Telefonou e pediu se o podia visitar, para falar com ele. Disse que sim, tiveram uma conversa larga da qual muito gostou e foram-lhe oferecidas algumas revistas e mensalmente envia-lhe por e-mail a respetiva revista. Portanto, nesse aspeto, procurou dar uma caminhada porque todos nós aqui temos que caminhar e procurar ajudar. Também ouviu, na rádio a informar que o Dr. Fernando Paulo, responsável pelo Pelouro da Habitação e do Pelouro Social da Câmara, iria a essa rádio, para falar e responder a problemas existentes, onde o público ouvinte poderia colocar questões. Colocou a questão, de ter lido nos jornais que finalmente a sala de consumo iria para a frente. Obteve como resposta, que já não iria existir uma sala de consumo, mas sim uma carrinha que passaria a ter essa função. Perguntou para quando, não obteve resposta. Sendo assim, confessa que teve necessidade de refletir sobre o que se passava. Faz parte das Assembleias de Freguesia, há dezasseis anos e neste percurso conclui o não haver vontade política para o resolver. Como imensas vezes aqui tem dito o problema da droga, da traficância, de tudo isso, diz respeito ao Governo Central, mas localmente e com sentido de comunidade, também tem defendido de forma acirrada, que deveria haver uma tomada de posição forte. Sabendo que o Presidente da Câmara, crítica o Governo acusando-o de centralismo, vê aqui uma forma de atuação para resolver o problema, pelo menos localmente, trazendo alguma paz e sossego para os moradores. Tendo-se deslocado ao local, teve a oportunidade de ouvir depoimentos dos moradores, que se sentem incomodados. É com muita tristeza que vê essa situação e sente-se um bocadinho derrotada, há dezasseis anos a pretender isto e teve um sonho, relativamente a esta Freguesia. Sendo assim, saiu do bairro muito triste e enquanto caminhava lembrou-se porque é que existe uma Universidade Sénior, que frequenta, onde leem poesia e lembrou-se que alguém lhe tinha lido uma poesia que passou a ler:

"Moleque da Rua" da Aatoria de Ana Amaral, uma Luso Angolana.

"Sou feio, pobre, desdentado, fedido, faminto, fodido!
 Bebo para esquecer,
 Cheiro para rir,
 Fumo para crescer,

Cresço para morrer!

Na eterna escuridão, a justiça me guia ao precipício do cárcere, me algemando ao descaso. Pelas ruas, meu caixão é carregado, nas mãos limpas de pessoas de bem, cujos braços cavam os sete palmos que me separam da dignidade...

Afinal quem sou eu? O Zé fodido? O Zé ninguém, o Zé do submundo anónimo destes tantos Josés. Sou um a mais, nunca mais um, apenas indigente, jamais gente. E você quem é?" "

Maria João Nunes, Secretária do Executivo, cumprimentou todos os presentes e perante as palavras Dra Manuela Amorim, declarou sentir-se dorida com o que disse, porque acha que está a ser muito injusta em relação à Câmara. A Câmara tem feito um esforço imenso, muito maior do que alguma vez foi feito em relação a toda a chaga social que existe na cidade em relação aos toxicodependentes, como aos sem-abrigo. A Câmara trabalha em rede como mais nenhuma autarquia trabalha, a Câmara tem projetos, tem tido projetos de apoio, tem tido todos aqueles projetos que podem ser implementados com a ajuda de muitas organizações, não é a Câmara sozinha, porque a Câmara sabe que não é sozinha que se trabalha. A Câmara tem trabalhado em rede de forma a tentar de uma maneira ou de outra controlar a toxicodependência. Em relação ao que falou da sala do consumo assistido, dos locais do consumo assistido e isto foi o que veio na comunicação social, existe um problema entre a Câmara Municipal do Porto e o Ministério da Saúde, porque como nós constatamos na "pele" durante a pandemia, é muito fácil dizer que se faz isto e aquilo e depois o Governo Central não dá um tostão e está sempre à espera que sejam as autarquias a fazer tudo. Neste caso a um conflito em relação a algumas questões que tem a ver com o financiamento dessas salas de consumo assistido. Aquilo que percebeu, mas não tem a certeza, não será propriamente um camião, mas um contentor, uma sala que poderá ser deslocada, eventualmente. Como vimos durante a pandemia, em que o Ministério da Saúde, nem sequer conseguiu dar equipamentos de proteção aos seus próprios funcionários, foi a Junta que deu os EPIS aos funcionários do centro de saúde, por isso temos sempre esse problema, que é o financiamento dum lado e financiamento do outro. Pode ter a certeza que a Câmara em relação aos sem-abrigo, dá apoio e muito mais do que alguma vez foi feito e nesse aspeto não podemos ser injustos.

Manuela Amorim, PS, referindo que está perfeitamente a par da conjugação entre as instituições, entre o governo e entre o poder local. Afirmo, repete e não acusa ninguém. Simplesmente está a ser franca e sincera e acha que realmente neste aspeto para resolver este problema, não tem havido vontade política necessária, porque, o problema é de tal maneira grave, que pensa e tem a impressão que o Dr Rui Moreira, quando quer, sabe negociar, sabe persuadir, sabe concorrer para a transformação e aqui ele podia ter tanto protagonismo. Era a obrigação dele de não falhar, ajudar. Não vê nada, a situação não está resolvida.

Nuno Cruz, RM, cumprimentou todos os presentes. Interveio em defesa da Câmara Municipal do Porto e da Junta de Freguesia de Lordelo e Massarelos. Não vai ser a Junta de Freguesia nem a Câmara do Porto que vão combater o consumo de droga. Acha que se devia realizar uma Assembleia para discutir isso, porque é um problema que tem que ser discutido. Também teve um sonho, teve um sonho em que o Governo metia nas escolas informação sobre a droga, teve um sonho que o Governo liberalizava a venda da droga nas farmácias, também teve um sonho onde o Governo apoiava com a Segurança Social as salas de consumo assistido, que a Câmara está à espera, teve um sonho, mas não passa de um sonho.

António Oliveira Alves, CDU, cumprimentou todos os presentes. Sobre a freguesia, falou do monumento anunciado "Memorial aos Combatentes do Ultramar" que vai ser implementado junto ao Fluvial, na Capela de Nossa Senhora da Ajuda. Foi combatente, enviado pelo regime fascista para a guerra da Guiné e começou por dizer que ao fim de quinze dias de Guiné, já estava em várias situações de combate, mais de meia-hora debaixo de fogo e, portanto, não fala de cor sobre esse tema. Sentiu-se ofendido, com um monumento destes, porque a guerra do Ultramar fez muitas vítimas, mas fez vítimas no povo português e noutros povos, nomeadamente nos povos colonizados onde a guerra foi implementada pelo regime anterior. Foi condenada internacionalmente e foi terminada com o 25 de Abril, felizmente. Pensa que a participação dos portugueses não deve ser esquecida e a guerra não deve ser esquecida, deve ser lembrada, tudo aquilo que lá se passou, o que o povo português sofreu com a guerra, foi obrigado a sofrer, não deve ser ignorado, não deve ser esquecido. Mas não é com monumentos de exaltação da participação na guerra que se faz isso, é uma ofensa! As pessoas foram para lá por obrigação do regime fascista, que implementou a guerra, sabe pela sua própria participação e a necessidade de se conhecer os crimes que o regime cometeu, nomeadamente nesta guerra e que nos obrigou a cometer, não os deve levar a exaltar essa nossa participação como sendo uma coisa de heróis, como se fosse um combate da grande guerra contra os Nazis ou pela liberdade. Aquilo foi um combate injusto, injusto contra povos que estavam colonizados. Pensa que a Junta de Freguesia devia tomar uma posição, que não toma, julga que nunca tomou, no mínimo deveria alterar esta designação desse monumento para ser um Memorial pelas vítimas da Guerra Colonial e não pelos Combatentes do Ultramar, como querem dizer. A outra questão, também marcada pelo silêncio ou pela cumplicidade da Junta, prende -se com a alteração do chamado METROBUS e pelo fim da linha de metrobus que vai do Campo Alegre, Praça da Galiza até à Praça do Império, sem qualquer discussão nos órgãos autárquicos, na Câmara Municipal. Depois uma proposta concreta que havia do Instituto de Construção da Faculdade de Engenharia do Porto, uma proposta que apontava para a construção da linha do metrobus, na Rua do Campo Alegre até à Praça do Império e apesar das dificuldades que há sempre na construção dessas linhas (tem a ver com a largura das ruas e as possibilidades de os implementar) era uma proposta que servia, era uma solução melhor para a nossa zona, porque servia não só as populações de Bairros sociais existentes em Lordelo, milhares de pessoas, servia o Pólo 3 da Universidade, servia o Pólo da Foz da Universidade Católica e servia o Campo Alegre no entanto foi alterada para se fazer uma linha que vai da Rotunda da Boavista, Marechal Gomes da Costa e depois vai para a Praça do Império com alguns inconvenientes, talvez maiores do que os que havia aqui, em termos de construção, nomeadamente junto a Gomes da Costa. A proposta que existia, deve ter ido para o lixo faz-se uma solução que não serve a população daqui da nossa zona, da nossa Junta de Freguesia e a junta mantém-se silenciosa e cúmplice com isso. Outro aspeto, também tem a ver com o metro, que é a localização da nova ponte do metro. Também sem qualquer discussão nos órgãos autárquicos, alteraram o que estava no PDM, que previa que a nova ponte passasse a jusante da Faculdade de Arquitetura, por uma zona que não passava por cima de habitações e agora fazem um novo projeto, alteram isso e passaram a uma nova ideia, passar por cima do Bairro da Associação de Moradores de Massarelos e por cima da Faculdade de Arquitetura. Pensa que é muito negativo a Junta aqui não protestar, condenar essa solução. Terá sido na Câmara, a proposta estava no PDM e tem exemplares de que Isso não é verdade, a solução era outra, respeitava a zona de proteção junto à Ponte da Arrábida e esta solução não respeita é os moradores. Deixou também esta denúncia e um apelo à Junta para condenar e lutar contra estas soluções negativas para os habitantes de Massarelos e Lordelo.

Cláudia Costa, RM, interveio para esclarecer que deu a sua vez ao seu colega de bancada, Nuno Cruz, porque achou que aquilo que o Nuno Cruz veio dizer, tinha a ver exatamente com o tema apresentado pela Dra Manuela e, portanto, achou que a sequência lógica seria vir ele e não foi de maneira nenhuma, nenhum atropelo, mas esclarecer que o sentido do seu lado foi esse. O que tem a dizer, não tem naturalmente nada a ver com a questão de toxicodependência e como a Dra Manuela sabe, é uma coisa que a também muito a aflige, porque vive na Freguesia, vive bem perto de toda a desgraça que a Doutora Manuela aqui falou, mas veio falar dos Censos, que estão a decorrer neste momento, os Censos de 2021. Todos trazemos coisas negativas ou muitos trazem aqui coisas negativas, pontos negros a apontar e muito poucas vezes se houve uma palavra de elogio ou de agradecimento. Por razões algo bizarras, acabou envolvida na questão dos Censos, ao ter um recenseador dentro de sua casa e porque vive numa comunidade muito pequena, o que significa que tem tido várias pessoas que lhe batem à porta e que tem vindo a referir a ação da Junta em todo este processo e referem a forma como a Junta se tem disponibilizado os meios. Quis deixar expresso em nome do bairro onde vive e das pessoas que a abordam na rua diariamente, um agradecimento pela maneira como tem sido conduzido este processo, pela maneira como sabe que os fregueses têm vindo a ser atendidos e gostaria de dizer que os fregueses têm sido exemplares, fazendo ao máximo por responder e colaborando ao máximo neste desígnio que é de todos nós!

Presidente da Assembleia de Freguesia, para informar que deu entrada na sala o membro da Assembleia, Sónia Ribeiro, passando assim neste momento a perfazer dezassete membros presentes em assembleia.

Casimiro Calisto, CDU, interveio para falar sobre algumas situações que quer partilhar com todos e que se prendem com a nossa freguesia e com possíveis e factíveis alterações. A primeira questão é sobre a toxicodependência, que é um problema transversal a toda a gente de boa índole. É um problema gravíssimo, pode cair em qualquer família, é algo que nós temos dificuldade em controlar e o esforço comum tem que ser feito. A pretexto destas situações menos agradáveis há moradores certinhos que são prejudicados e recorda que há seis meses, em novembro, houve uma rua que foi bloqueada, um caminho entre a parte alta da Pasteleira Sul, entre a Rua Paulo da Gama e Rua das Sobreiras. Era um caminho muito antigo, beneficiava muita gente, havia ali a Pousada da Juventude, há o Pingo Doce, havia muita gente usar o caminho e como já disse noutra assembleia, agora têm como alternativa irem ao Fluvial, ao Cálem ou irem pelo Bairro Rainha D. Leonor abaixo. A Vereadora e o Dr. Rui Moreira quando foram questionados sobre isso, disseram que a solução seria a curto prazo, pois para além desse bloqueio, também está bloqueada a outra passagem entre a ETAR antiga, que vem cá abaixo à marginal, umas escadas de pedra que também estão bloqueadas, portanto há seis meses que dura isto e acha por bem a Junta intervir no sentido de se arranjar uma solução que ajude as pessoas. Outra questão é sobre o Bairro da Pasteleira, que está a ser intervencionado, e bem, pois já há vinte e tal anos, era um bairro em que ninguém pregava um prego como se dizia mas algo que o confunde, é que com as novas tecnologias, com a nova maneira de pensar, como é que (e todos nós sabemos que aquelas casas são exíguas) um ganho que tinha acontecido com o aval da Câmara Municipal, os moradores, pensa que são à volta de setenta habitações, que dão diretamente para a rua, o rés do chão e as pessoas tinham ganho um espaço suplementar com o fecho das marquises, que até foi a Câmara que fez. Agora essa abertura para a rua não vai ser ou não está contemplada pelo menos no projeto que se teima em manter e vai haver uma entrada única, vai haver um corredor e acha que não é a solução. As soluções têm os moradores que até já abaixo assinaram um protesto, 55 dos setenta e tal que tem a situação

particular da casa deles dar para a rua, assinaram e acha que não é bom não se ligar nada ao que as pessoas contestam. Acha que a Junta devia ir lá ver e ouvir o que as pessoas querem. Outra questão que traz para a Junta desenvolver as suas Influências, tem a ver com nova Urbanização das Condominhas, que tem onze blocos, oito são privados e três têm inquilinos mistos, uns são inquilinos da Câmara e outros são privados. É uma coisa que já há muitos anos que se falava, e muito bem, a intervenção nesses blocos, que têm telhados ainda de amianto, fachadas degradadas e conseqüentemente o interior. Nos blocos privados, há um compromisso, de 1.100 € salvo erro, por morador, as fachadas são a cargo da Câmara. Há ali uma participação mista. Os blocos privados serão intervencionados. Os 3 públicos, que até quem gere essa parte é a Domus Social (mudança lâmpada, corte de relvado). Esse não tem intervenção nenhuma calendarizada. Acha que fazia todo o sentido que também intervencionados. Mais duas questões, uma sobre a Rua Bartolomeu Velho, é aquela rua que vai da Capela da Pasteleira até em frente ao Porto Lazer. Há muitos anos que se reivindica, que não têm um passeio decente para se deslocar, é uma zona com algum trânsito e era importante haver alguma preocupação com isso. Mais uma questão era a Junta voltar a insistir junto da Câmara, para uma solução para o cruzamento do Largo da Maternidade com a Rua do Breyner, Rua Adolfo Casais Monteiro. É uma zona onde há muitos acidentes e era importante a Junta também dar uma ajuda nesse sentido. Outra questão para terminar, junto ao Largo da Maternidade, os balneários, obviamente que estão nesta fase fechados, mas pelo menos estavam, já fez esse apelo, são os moradores que também reivindicam isso, pois há muita gente que não se apercebe da existência de um balneário. Devia ter uma indicação dos serviços disponíveis, banhos e sanitários, devia haver uma indicação muito mais evidente para quem precisar de ter acesso.

Marco Leitão, PS, relativamente à sala de consumo assistido, assistiu com muita atenção ao que foi dito primeiro pela Dra Manuela Amorim e também ao que foi dito pelo executivo. A iniciativa da sala de consumo assistido aqui no Porto, foi da Câmara Municipal do Porto em parceria com o Estado Central e referiu que fez uma pesquisa na net sobre esta questão. O financiamento do projeto é da Câmara Municipal do Porto. Houve uma altura em que ouviu uma notícia da existência de uma data pré-determinada para a concretização desse projeto, mas não se lembra se já passou a data ou se é daqui a uns meses. Também é verdade que tem ideia que Câmara invocou algumas vezes de que haveria alegadamente um problema entre a Câmara e a Ministério da Saúde, questionando-se sobre qual seria esse alegado problema, para perceber o que supostamente impede que o projeto avance. Como disse a Dra Manuela Amorim também acha que se houvesse um efetivo interesse por parte da Câmara Municipal do Porto em resolver isto, já teria sido resolvido. Aproveitou para dizer conforme aquilo que foi dito no início da sessão pelo Senhor Presidente, que o PS também gostaria que a próxima sessão de Assembleia de Freguesia tivesse condições para os fregueses e as coletividades poderem assistir e intervir, se assim entenderem. Neste momento, nesta fase de desconfinamento, é mais uma razão para essa iniciativa e caso não se possa realizar na sala referida pela Senhora Presidente, que se faça noutra. Já se tinha falado na Casa das Artes e o Teatro Campo Alegre como hipóteses. A própria Câmara do Porto, as suas Assembleias Municipais têm sido no Teatro Rivoli e na Biblioteca Almeida Garrett e faz todo o sentido que a próxima sessão também fosse realizada nesses termos. Para finalizar foi referida a questão do Metro Bus, e disse que também gostaríamos mais que fosse a linha prevista inicialmente, que já esteve para avançar e iria servir obviamente melhor a população da nossa Freguesia; mas, o que é certo, é que os avanços das linhas do metro e neste caso, o Metrobus, tem sido sempre com Partido Socialista quando está no governo. Mas é também importante realçar que é bom termos uma visão crítica sobre os

projetos, mas também é importante reconhecer que efetivamente os avanços que têm sido feitos no âmbito do metro tem sido sempre feito pelo Governo do Partido Socialista. Quanto ao trajeto da linha da travessia entre Gaia e Porto que foi referida pela CDU, não tem conhecimento, assim como os outros membros do Partido Socialista, desse trajeto. Não coloca em causa o que foi dito, obviamente, pois não sabe se tal é verdade, mas não conhece e, portanto, sobre isso não se pronuncia. Na próxima sessão, se tiver mais informação, irá pronunciar-se sobre essa questão.

Tesoureiro da Junta, Luís Grabulho, interveio para referir alguns aspetos em relação a questão que foi colocada sobre o cruzamento da Rua do Breyner, dado que ele e a Senhora Presidente estiveram na Rua do Breyner, reuniram com os moradores e uma das questões que foi levantada, foi essa, porque efetivamente, eles disseram que mais de que uma vez naquele cruzamento, há acidentes e batem no café que está em frente. Reunimos na Câmara Municipal do Porto, explicando exatamente o que se estava a passar e pedimos que tivessem especial atenção para resolver a questão. Em relação ao passeio na Rua Bartolomeu Velho, a Somos Nós apresentou um projeto ao orçamento colaborativo, que prevê exatamente, que esse passeio seja executado e o muro de vedação do terreno, onde vão ser construídas as residências. Eles tiveram alguma dificuldade em arranjar um empreiteiro para fazer isso, conseguiram e está concursado. Atualmente está na Câmara Municipal do Porto, para emissão das licenças para poderem arrancar com a obra. Inclusivamente o empreiteiro pediu para arrancar com a obra há cerca de quinze dias e não conseguiu, por falta de licenças. Mal as tenha vão arrancar com a obra, fazer o passeio que de facto causa alguns problemas, porque aquilo não é um passeio, é terra batida, cheio de raízes e carros estacionados e as pessoas circulam pela rua. Em relação ao Bairro da Pasteleira, houve algumas situações um bocado complicadas, inclusivamente a comunicação social divulgou isso. Ao longo dos anos foram construídas marquises no bairro e no rés-do-chão e nas mesmas marquises foram colocadas portas diretas para a Rua. O Bairro está a ser reclassificado e na reclassificação do Bairro, entendeu-se que por questões de segurança, as marquises não podiam continuar a ter utilização que tiveram até agora, ocupadas com coisas dos moradores. Os moradores que estão na ponta podiam utilizar a marquise para colocar coisas pessoais, o morador que está no início tem sempre dar a passagem, por isso temos uma situação de desigualdade entre os moradores. Entenderam os técnicos, por uma razão de segurança que aquilo não podia ser utilizado da forma que estava a ser utilizado, como marquise para colocar objetos e teriam de tirar tudo nos pisos superiores e no rés-do-chão haveria a possibilidade de continuar as portas para fora. O que se entendeu ali foi que o os moradores de cima ficavam prejudicados em relação aos de baixo, ficavam sem marquises e os dos rés-do-chão continuavam com marquises. Para além disso mantinha-se a questão da segurança e o problema da mobilidade, ou seja, o rés do chão, estando onde está e da forma que está, tem sempre degraus para acesso. Com a requalificação que está a ser proposta agora, não fica com degraus, a pessoa consegue aceder aos rés-do-chão sem passar por nenhum degrau e implica que a Câmara passa a disponibilizar de habitações, as habitações são da Câmara e quem mora lá agora, pode ter não ter problemas de mobilidade hoje, mas pode ter amanhã. Uma pessoa qualquer que tenha problemas de mobilidade e cada vez os problemas são mais, dado que as pessoas tendem a viver mais anos. Atualmente temos, por exemplo, no Bairro de Lordelo, uma senhora em cadeira de rodas no primeiro andar, que a Câmara não tem o rés do chão com possibilidades de ser atribuído à Senhora. A pensar nisso a Câmara Municipal do Porto, reuniu com a Associação de Moradores, reuniu com moradores e esta foi a proposta apresentada e foi a proposta que foi aceite, por quem esteve nas reuniões na Câmara Municipal do Porto. Alguns

moradores que efetivamente não concordam com essa situação da mobilidade, mas temos de olhar para ela de uma forma séria e não ficar só aos gritos, quando vemos qualquer construção que não respeita a mobilidade e quando as pessoas reclamam disso e reclamam bem, não podemos ter aqui dois pesos e duas medidas. Neste caso, as habitações são habitações sociais, habitações do município, são habitações que tem de estar à disposição das pessoas que moram no município e o município atualmente não tem condições para atribuir casas a pessoas com mobilidade reduzida e tem ali uma oportunidade, ao fazer esta requalificação, que em princípio será para durar alguns anos, de corrigir um problema. Foi essa a opção dos técnicos e foi com essa opção que Associação de Moradores concordou, assim como alguns moradores.

Susana Pereira, BE, agradeceu pelas condições à distância e esperando que as circunstâncias em que se encontram, nos permita estar todos presencialmente de uma forma mais segura, rapidamente. Efetivamente este mecanismo desta vez não está a dar problemas nenhuns, conseguiu ouvir muito bem as intervenções todas e quem faz as intervenções não está condicionado ao fazê-las. Obrigada por este esforço. Em relação a várias questões que foram aqui levantadas, suscita-lhe alguma perplexidade, nomeadamente no que diz respeito às questões sociais. Precisamente amanhã, acontece na cidade do Porto, uma Cimeira Social, uma Cimeira Europeia no âmbito da presidência portuguesa da comissão europeia, que tem como propósito discutir aquilo que é o pilar dos direitos sociais. No contexto da realização desta Cimeira, há uma série de organizações da cidade, sejam forças políticas, sejam outro tipo de organizações, que estão a alertar para aquilo que acaba por ser quase uma espécie de paradoxo, entre aquilo que está a ser discutido nesta Cimeira e a realidade das pessoas na cidade. A imprensa também tem estado a fazer esta cobertura e hoje há um artigo, partilha de uma pessoa que mora no Campo 24 de Agosto, uma senhora descreve aquilo que é uma situação de vida, que está no limiar da pobreza. Sabemos que a crise pandémica que estamos a viver agudizou as situações de pobreza na cidade, como no país e o que aí vem não é melhor do que já estamos a viver. É importante fazer nota, que não acontece só por via da pandemia, já vinha de antes! Foi descrito aquilo que a Câmara está a fazer, mas vale a pena notar que há uma notícia a umas semanas atrás, que diz que o coordenador do NPISA, tem a impressão de que não houve aumento das pessoas em situação de sem-abrigo, o coordenador do NPISA, por acaso é o Vereador da Coesão Social da Câmara Municipal do Porto e aquilo que nós sabemos, os dados colhidos pelo DBM houve aumento das pessoas em situação de sem-abrigo, portanto não é com impressões que se lida com um problema desta complexidade e desta gravidade na cidade. É preciso encarar o problema com aquilo que ele implica, há inclusive os técnicos com quem temos falado no terreno, dizem que o fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo, está a assumir contornos distintos daqueles que eram os conhecidos anteriormente. As pessoas que estão a cair na condição de sem-abrigo, já não são só as pessoas com o perfil que de alguma forma conhecíamos e acha que uma autarquia que tem de facto uma preocupação no combate à pobreza e não a higienização destas pessoas, desta é uma realidade, é uma autarquia que assume o que está a fazer, mesmo que assuma o que está a fazer com o todo empenho, não chega, porque não chegará e aí nós subscrevemos aquilo que é o alerta do município e que aqui nesta Assembleia também se vai fazendo, que é responsabilidade do Governo, também de nomeadamente revestir de orçamento aquilo que é a estratégia nacional, relativamente as pessoas em situação de sem-abrigo. Uma coisa que o Senhor Presidente da República, vai dizendo e, portanto, acha que acaba por ser incoerente, por um lado dizemos sim, sim falta, não estamos a conseguir fazer tudo não temos orçamento, mas depois quando falamos o que estamos a fazer, estamos a fazer maravilhosamente e não há espaço para crítica, isto não

corresponde à realidade e acha que temos que ter honestidade intelectual naquilo que estamos a fazer na cidade. Não, estamos a servir a cidade, efetivamente, são questões demasiado graves para estarmos a fazer demagogia. Relativamente as salas de consumo assistido faz agora em maio dois anos, que o Senhor Presidente da Câmara Municipal do Porto, na conferência Internacional de redução de danos e minimização de riscos que aconteceu na Alfândega do Porto, disse que no final desse ano haveria salas de consumo na cidade, isto foi a mais de seis meses e depois de na Assembleia Municipal, terem sido votadas das propostas, nomeadamente propostas do Bloco de Esquerda, de uma resposta integrada, de resposta às dependências na cidade. Estamos em 2021, a menos de seis meses ou cerca de seis meses das eleições autárquicas, como sabemos, isso traz algum constrangimento de bloqueio a algumas decisões e medidas e não existem salas na cidade. (não entendível) Lordelo do Ouro e Massarelos e, portanto, termina com a nota, de que esta a ocorrer a cimeira social a acontecer no Porto e aquilo que está a decorrer na cidade que deve ser alvo da preocupação de todos e todas as forças políticas, independentemente de quadrantes ideológicos ou de responsabilidades assumidas é dramática e, portanto, vamos ser coerentes com aquilo que dizemos e não fazer demagogia pura, porque senão não estamos aqui a cumprir aquilo que é o nosso propósito.

Presidente da Assembleia de Freguesia, interveio para esclarecimentos sobre o ponto 1, aprovação da ata da Assembleia Freguesia 17 de março de 2021, devido à transmissão da gravação e quem ouviu a gravação feita na última assembleia sabe que estava em péssimas condições, para não dizer más. Pediu a colaboração aos líderes, em tudo o que pudessem ajudar na elaboração, ou no complemento desta ata e surgiram alguns acrescentos, também pediu ao executivo na parte das suas intervenções, e foi apresentado o possível. Perguntou se alguém queria fazer algum comentário sobre isso.

Casimiro Calisto, CDU, apesar do empenho dos colaboradores, irão votar contra esta ata porque acham que levar uma ata tão limitada como aquela, não é bom para ninguém. Sabe que não há alternativa nós demonstramos a nossa abertura já votaram a minuta e foi aprovada, mas dar o aval para uma ata que tem aquela deficiência todas, não é possível.

Marco Leitão, PS, não foi possível fazer uma gravação como deveria ter sido e face a isso, da sua parte, deu o seu contributo. Claro que a ata não vai ficar nas melhores condições, mas mesmos assim vamos votar a favor.

Susana Pereira, BE, colocou a questão de não ser possível, não se votar a ata e darmos mais algum tempo para que possamos todos e todas contribuir para a sua melhoria, porque efetivamente eu acho que Assembleia ocorreu nos moldes em que ocorreu, em face das circunstâncias que estamos a viver, a maneira como decorreu a Assembleia, foi com todo o esforço da Mesa da Assembleia, dos serviços, uma ata foi compilada. Não teve oportunidade de atempadamente fazer a leitura fina de documento, de qualquer das formas da leitura que percebeu, da parte do Bloco Esquerda, nem há propriamente, ou seja, por exemplo logo na primeira intervenção que diz não se consegue perceber a intervenção e não tem nada, acha que a ata ficar assim não faz muito sentido. Não é propriamente para mudar a intenção de voto, não é propriamente isso, mas se pudermos ter mais uma possibilidade de contribuir todos e todas, nem que seja por tópicos, com algumas notas para que esteja ali plasmado. De outra forma, irão se abster, coisa que não costumam fazer.

Presidente da Assembleia de Freguesia, agradece a Dra Susana a sua sugestão e da sua parte nunca colocou entrave a que se possa ser adiada e melhorada a ata. Para isso, e o que lhe

compete é apresentar a ata na Assembleia seguinte e pô-la a aprovação. Sabemos que ela não estava nas melhores condições, tem essa consciência, por isso alertou quando se enviou a gravação, alertando que isso poderia acontecer e pedimos para ter em atenção a isso. Quando a ata foi feita e foi constituída por aquilo que nos lembramos, que podíamos tentar melhorar, pois continua a ser muito curta, mas pediu as pessoas que quisessem para acrescentar alguma coisa. Vê com agrado esse prolongar para a próxima sessão, se houver intenção das pessoas ajudarem na realização da data, porque se não houver essa vontade também não vê que haja interesse em que se prolongue isso. Deixa ao critério da Assembleia e por ele as atas devem ter o mais possível essa informação e deixa ao critério dos membros aqui presentes se acham que se deve ou não ajudar nessa elaboração. Em termos de poder deliberativo já tomou pela minuta da ata, por isso não é problema, agora se as pessoas de facto acharem que vale a pena passarmos isto mais para a frente, passamos a ata para a próxima Assembleia. Neste caso até quem tem menos informação e foi mais difícil, foi da própria CDU.

Casimiro Calisto, CDU, para informar que já tinha dito por diversas vezes em várias Assembleias, que o trabalho não lhe mete medo, pode ajudar a fazer, mas acha piada que a pessoas que intervieram e também não acrescentaram uma linha, portanto se vamos todos fazer um esforço para esta ata ser melhor, da minha parte pode ser adiada e vai ver os seus apontamentos e vai fazer um esforço para a ata ser melhorada. Há gente que também tem de colaborar.

Presidente da Assembleia de Freguesia, se todos entenderem passamos este ponto para a próxima Assembleia.

Susana Pereira, BE, para se pronunciar sobre a intervenção do Sr. Eng. Casimiro Calisto, que falou das pessoas que falaram, mas era só para reforçar a primeira coisa que disse. Não tinha olhado para a ata como gostaria de ter feito e, portanto, quando está a fazer a proposta em prolongarmos no tempo, claro que é comprometendo a sua parte, como está aqui a ser dito.

Presidente da Assembleia de Freguesia, informa de que ninguém coloca isso em questão, aliás sempre disse que agradecia que as atas sejam corrigidas sobretudo nas intervenções de cada pessoa, ficando muito mais descansado. Tendo que as atas não sejam desvirtuadas das ideias e das palavras e nem sempre se consegue, por isso é que pede às vezes essas correções. Dado que estão a pedir e se de facto se é para melhorar a ata, pois muito bem, só tem de agradecer e passávamos isto para a próxima Assembleia. Dado que iremos ter uma Assembleia até junho, estamos a falar de um mês e mal pudessem fazer essa contribuição, agradece essa ajuda e esse esforço. Por unanimidade ata foi passada para a próxima Assembleia.

Passou-se de seguida para o ponto dois da ordem de trabalhos, "Apreciação e votação do Relatório de Atividades e Contas do ano de 2020;"

Técnico de Contas, Nelson Trindade, cumprimentou todos os presentes. Do ponto de vista técnico, politicamente as considerações são vossas. Tecnicamente o nosso primeiro documento seria para simplificar a sua análise na parte do relatório e depois quando alguém tiver alguma dúvida nos respetivos anexos poderá ajudar. A nível de relatório de atividades, temos o que será o relatório de atividades normal e depois entra toda a parte de explicação do que é a execução orçamental, que começa na página quarenta e três, e depois temos os anexos, alguns dos anexos são obrigatórios, por exemplo, este ano para efeitos de Tribunal de Contas temos cinquenta e

quatro mapas obrigatórios, por isso, mais informação é impossível. Destaca a saída do mapa de fluxos de caixa e a introdução do daquilo que é o anexo um, que é demonstração de desempenho orçamental, depois de termos com mais ou menos equivalência a demonstração da execução orçamental da receita e da despesa, anexo dois e três, muito próximos daquilo que é o plano plurianual, mapa muito parecido com o que estava e depois a grande inovação são os mapas obrigatórios do anexo e estamos a falar das alterações orçamentais, onde estão incluídas as revisões e as alterações que o executivo fez ao longo do ano 2020; temos um mapa de operações de tesouraria; temos depois dois novos mapas, contratação administrativa, contratos, tipos de procedimento. Estes dois mapas estão ligados com o anexo oito, encargos contratuais que é um dos mapas obrigatórios do Tribunal de Contas e que sinteticamente filtram aquilo que serão as despesas acima do limiar dos 45000 €. Depois temos transferências de subsídios concedidos, recebidos e as reconciliações bancárias. A nível de orçamento, já focamos isto aquando foi a revisão orçamental e iniciamos com orçamento de um milhão duzentos e trinta e um, página quarenta e três. No final do ano apresentamos através da revisão orçamental um orçamento de um milhão quatrocentos e noventa e um mil; a nível de execução apresentamos uma execução ao nível da receita de 97%, um milhão quatrocentos e quarenta e nove mil; a nível da despesa um milhão cento e quatro, a que corresponde 74%. O desdobramento do percentual da nossa receita, quadro dois e um dos quadros mais importantes, quadro número quatro, que nos dá a radiografia dos exercícios. Recebemos cerca de um milhão e duzentos de receita corrente; executamos despesa, um milhão e cinquenta e seis, ou seja, temos uma poupança para investimento de cento e cinquenta e seis mil euros. Desse investimento executamos quarenta e sete; tal como foi dito na última Assembleia existem adjudicações que estão em fase final, o que nos leva a que recebendo um saldo de gerência anterior de quinhentos e cinquenta e dois mil, fechamos com seiscentos e sessenta e um, por isso o nosso resultado e o saldo que vai transitar é de seiscentos e sessenta um mil quatrocentos e sessenta e oito mil e setenta e um. Quadro sete, é um dos quadros mais importantes apresentando graficamente, esquematicamente aquilo que é a composição, seja 74% da receita resulta das transferências correntes quer do orçamento de Estado, quer via Município. Por fim, a descrição em linha do que já foi o orçamento para 2021. A nível da despesa, página cinquenta e quatro quadro nº 12 temos aí a mesma composição para a nossa despesa. 52% da despesa desta União assenta em despesas com pessoal, 32% em bens e serviços. A nível das obras, temos então efetivamente um executado de quarenta e sete mil oitocentos e dez. A nível de execução, de 64% que é uma boa execução, mas não esquecer que a nível de execução da despesa corrente apresentamos uma taxa de 87%, que é uma taxa bastante boa. A vossa disposição para esclarecimentos tradicionais.

Pedro Sequeira, PS, cumprimentou todos os presentes. Solicitou a possibilidade de apresentar esta informação mais cedo, é bastante informação para ser analisada em tão pouco espaço de tempo, sendo que oito dias acha que seria mais adequado para dar a informação. Verifica-se este ano uma melhoria significativa na transparência, nomeadamente com a informação que é prestada e isso também é positivo em virtude da alteração do normativo contabilístico aplicada a administração pública. Tem 2 dúvidas e uma sugestão. Começou pela sugestão, que era tentar imprimir e formatar os quadros de forma diferente, todos os quadros da página setenta e quatro a setenta, não se percebe muito a descrição do que está em causa, mas também vendo no computador, não consegue perceber. A minha questão tem a ver com um assunto que já têm falado algumas vezes, que é o considerar a rubrica "outros" (que se calhar se não tivesse este título de "Outros", não teria nenhuma questão nas contas). Passou a indicar, na página

cinquenta e noventa temos "Bens", o valor de sete mil seiscentos e setenta um, e catorze cêntimos, a que se refere? Na página cento e cinquenta e nove na "aquisição de serviços outros serviços", o valor de noventa e oito mil novecentos e vinte e três e quarenta e seis cêntimos, a que se refere?

Presidente da Assembleia de Freguesia, solicitou ao Dr. Pedro para repetir os pontos que deseja serem esclarecidos.

Pedro Sequeira, PS, os pontos da página cinquenta e nove que são duas rubricas "Outros bens" no valor de sete mil seiscentos e setenta e um e "Aquisição de serviços outros serviços" de noventa e oito mil novecentos e vinte e três, na última linha de cada grupo, no primeiro caso corresponde a 10% do total e no outro caso os outros correspondem a 45% do total. São bastantes elevados para estarem aqui.

Marco Leitão, PS, tem algumas dúvidas e na sequência daquilo que foi dito pelo membro do Partido Socialista, em relação à documentação e, neste caso com formato diferente, se fosse possível enviar um pouco antes, agradecem, porque acaba por ser muito complicado com um tempo reduzido e porque todos têm as suas vidas profissionais e pessoais e não é possível analisar esta documentação como deve ser desta forma. Acontece muitas vezes que surgem mais dúvidas que outra coisa, não quer dizer que seja necessariamente mau sinal, mas elas existem. As dúvidas que tem são relativamente ao documento anexo 5.2, modificações orçamentais despesa 2020 e gostava de saber se os reforços inscrições, diminuições e anulações que estão aqui previstos, são o que estavam previstos na alteração modificativa do orçamento de 2020, votado em junho de 2020. Qual é a explicação dessa revisão modificativa que foi aprovado em junho 2020 ter um formato onde consta todas as rubricas, sendo que é diferente do formato que vai ser votado agora. Uma das diferenças é que o documento que tinha sido votado em junho 2020 prevê especificamente para que situações, para que bens, para que serviço, se é renumeração. Aqui neste documento que vai ser aprovada agora é mais geral, o que também acaba por ser mais difícil conseguirmos analisar este documento, por exemplo, uma rubrica que chamou mais a atenção, é a rubrica D2 "aquisição de bens e serviços", em que a dotação inicial era segundo este documento, trezentos e noventa e dois mil novecentos e vinte e cinco euros e quarenta e sete cêntimos e o reforço de cento e vinte e quatro mil, quinhentos e trinta e cinco e quarenta e cinco cêntimos e depois houve uma diminuição ou anulação de oitenta e mil e cento e dezoito euros. Este reforço estava previsto na tal modificação, que foi votado em junho, mas não se consegue confirmar essa informação no documento que vamos votar hoje. São essas as suas dúvidas. Caso fosse possível, da próxima vez, seria importante que as rubricas fossem idênticas, para conseguirmos analisar melhor a documentação. Esta era a primeira questão e quanto ao anexo 5.5, situação dos contratos, tem a indicação das entidades, os valores atribuídos e o que sugere, se fosse possível, para se poder analisar a documentação é que fosse indicado a atividade de cada empresa. É verdade que algumas aqui percebe-se logo qual é a atividade, por exemplo a EDP, mas depois há nomes de pessoas, empresas que não conhece e para nós podemos analisar convenientemente, se fosse possível referir qual é a atividade, acha que seria bom.

Casimiro Calisto, CDU, em relação aos investimentos, edifícios, Casa da Freguesia, edifício de Lordelo, Centro Social da Arrábida, edifício de Massarelos, edifício de Diogo Botelho, pelo que percebeu nos diferentes anexos, em termos de financiamento, já está quase tudo a 100%, é

garantido; em termos de despesas, só se gastou no edifício de Massarelos. Relativamente ao relatório tem informação ao contrário do que se depreende do indicado na pág. 38 que as obras no bairro do Bom Sucesso, ainda não se iniciaram.

Técnico de Contas, Nelson Trindade, a nível de relatório o que se pretendeu foi que tivéssemos as grandes rubricas, por isso começando pela primeira questão "Outros Bens" , ainda assim é um valor de sete mil euros e que foi utilizado embora por força de necessidade maior, para despesas relativas ao Covid, nomeadamente fornecimento de acrílicos para o Centro de Saúde, por isso tudo o que foi necessário numa primeira fase, enquanto nós não tínhamos a rubrica Covid, foi classificada nessa rubrica. A outra rubrica "outros bens", efetivamente é um valor alto, podem consultar discriminadamente na demonstração da execução orçamental da despesa, que é a rubrica 020225, que se encontra desdobrada por tudo o que são azuis, são bastantes. Este ano a parte recreativa não foi feita, mas vai aparecer o fundo de emergência, vai aparecer Covid, nas rubricas 020225, ela encontra-se depois subdividida. Em relação ao mapa das alterações orçamentais, percebe, falta a classificação económica, porque aquilo soma tudo e neste caso, por exemplo da D2, soma toda a classificação económica 02, mas esse é o mapa oficial, para já, e embora nós saibamos, quer o Tribunal de Contas, quer a própria DGAL, estão a desenvolver novas instruções. É um mapa que inclui as revisões, as antigas revisões que agora são as alterações modificativas e as alterações que são feitas, falta efetivamente uma análise ou desdobramento por classificação económica, mas pensa que se calhar de futuro, irá acontecer isso.

Marco Leitão, PS, agradece a explicação e a outra pergunta que tinha feito é se os valores que constam aqui, são exatamente iguais àquilo que foi votado em junho 2020.

Técnico de Contas, Nelson Trindade, vão ser votados os valores da revisão de junho, mais as alterações, ou seja, entre as rubricas que o executivo pode fazer (não pode aumentar o orçamento, mas quando necessita pode ir buscar a outras rubricas). Por isso, esses montantes englobam não só a revisão, como todas as alterações efetuadas, vai ter o valor dessa alteração mais ou menos as alterações que foram feitas, porque esse mapa vai juntar aquilo que eram as duas vertentes, a revisão e a alteração, realmente não poderiam se aperceber disso, mas numa execução de orçamento, há um orçamento inicial, há uma revisão, porque nós dizemos que queremos aumentar a receita e colocar despesa nestas rubricas, mas ao longo do ano por necessidade e o COVID este ano, foi uma dessas, temos por exemplo, a rubrica das ferramentas, em termos é excelente e temos a rubrica da conservação que tem uma necessidade, então através do mapa do executivo, fazer uma alteração orçamental, vai a rubrica de ferramentas, pega em cinco mil euros e reforça na rubrica da conservação e isso é uma 02 que diminui e que aumenta e é isso que este mapa diz. Temos um saldo inicial, temos um aumento fruto da revisão ou de alterações e depois também temos diminuições, fruto de eventuais revisões, que não foi o caso; e de alterações que retiraram das rubricas e puseram outros valores, o valor global da coluna final tem que ser o total do nosso orçamento aprovado, tem que ser igual ao quadro resumo, com um milhão quatrocentos e quarenta e nove.

Marco Leitão, PS, e as diminuições, anulações, também estavam previstas na revisão de junho?

Técnico de Contas, Nelson Trindade, a revisão aumentou, pegaram no saldo e aumentamos. Essas diminuições são só as retiradas de rubricas que não foram executadas, por exemplo, a noite de fados e outras para reforço de outras, ou seja, este mapa agora mostra duas realidades a que não tinham acesso, que é a revisão que vem a Assembleia e as alterações que vão ao executivo.

Susana Pereira, BE, agradeceu as questões que foram colocadas por quem já colocou e que vão ao encontro de algumas dúvidas que tem elencado, quer as respostas, entretanto também partilhadas. Avançou para posição política, relativamente a este ponto e que vai em linha com aquilo que é a posição do BE, no que diz respeito a revisão orçamental, mas na altura da revisão orçamental, já tivemos uma discussão e alguns aspetos mantêm-se, como a preocupação, desde logo, a questão da resposta à pandemia, e entendem algumas opções de investimento que estão plasmados nestas contas, também em face da não execução de outras verbas, que entendem que poderiam ter sido canalizadas para respostas de emergência, não deixando de salientar, e tem noção de que não só nesta Freguesia como em todas as freguesias da cidade, as freguesias se desdobraram naquilo que foi o seu esforço de resposta a situação que vivemos e nesse sentido reforçar, repetir, retirar, que no entender do Bloco de Esquerda, já trouxeram aqui esta proposta a esta Assembleia, já levaram muitas vezes a Assembleia Municipal, a nível da Assembleia da República, tem feito trabalho neste sentido e continuam a entender que as freguesias do Porto necessitam de um reforço do seu orçamento. Esta pandemia demonstrou como nunca a situação, não fosse já da necessidade deste reforço, mas neste contexto, ficou muito mais claro e, portanto, reiteram esta questão e acha que este documento que aqui é apresentado é também ele demonstrativo da necessidade desse orçamento, desse reforço orçamental e daquilo que a Junta poderia dar resposta na situação que vivemos. A nossa orientação de voto será a abstenção, tal como foi na revisão orçamental, também porque para todos os efeitos, essa não seria a solução, a solução seria ser ligado a um programa e a execução seria também era diferente. Portanto não podemos votar favoravelmente, algo que não é propriamente aquilo em que se reveem. Para terminar parece-lhe que o documento do ponto de vista técnico, no que diz respeito à questão das contas como foi dito anteriormente por alguém, mas esta abordagem às contas permite uma maior transparência, permite uma maior esclarecimento e também concorda e subscreve esta necessidade de mais tempo, tal como a necessidade daquele momento de esclarecimentos que se promove, sabe que ele é promovido e por vezes as forças políticas, incluindo o Bloco de Esquerda, em determinadas ocasiões não conseguem e acabam por não estar presentes, mas acha que por princípio o Executivo não deve deixar, não deve abandonar, nem abdicar de o promover. Portanto este tempo e porque ainda estamos também no tempo de aprendizagem como está a ser claro por todos os esclarecimentos do Dr. Nelson, às questões que estão a ser colocadas. Vamos aprender a trabalhar com estes novos instrumentos e não somos obrigados enquanto representantes democraticamente eleitos a ser contabilistas, nem economistas e acha que faz parte da construção política democrática, termos este tempo e espaço. Não é uma crítica, não interpretem mal, é um lembrete porque sabe que o executivo também tem essa preocupação e percebe que possa ser flutuante em alguns momentos promoverem e depois não haver adesão que esperam, mas acha que o princípio se deve manter. Finalmente, do ponto de vista da descrição da atividade, disse que ela devia ser mais clara, do ponto de vista da alteração e orçamento, ou seja, foi descrito quando foi no contexto da revisão orçamental e noutros momentos, o executivo partilhou aquilo que foram alterações das atividades que estavam previstas e a verba afeta, foi realizada por outro tipo de resposta, que foi sendo necessária, que

houve uma procura muito grande. A seu ver, deveria estar mencionado, nomeadamente, estar mais claro, exemplo, quando apresentado, acha que há um quadro que tem o número de intervenções e este número de intervenções por exemplo dos campos é ao nível do apoio domiciliário, valia a pena termos uma leitura clara da diferença entre número de intervenções a nível da pandemia e o número de intervenções nos anos anteriores, porque tem sido dito que elas aumentam muito. Podia ficar mais contundente e é algo que o próprio executivo ganharia em o fazer. Irão se abster.

Cláudia Costa, RM, ficou algo admirada com a intervenção da Dra Susana, concretamente no que diz respeito à disponibilidade do executivo para explicar a documentação e relembra que o Executivo disponibiliza sistematicamente a fazer uma reunião prévia, o Tesoureiro da Junta está à disposição de toda a gente para responder a perguntas e relembra, que normalmente estão duas ou três pessoas na reunião. Está normalmente sempre e por isso muitas vezes não traz para aqui questões que lhe foram previamente esclarecidas e muito estranha que esta disponibilidade não seja também devidamente aproveitada, concretamente por quem se queixa, como é o caso do Bloco Esquerda. Obviamente este orçamento no que lhes diz respeito, espalha aquilo que seria a posição em casos idênticos e vão votar a favor. No entanto, não quis deixar esta perplexidade e apela inclusivamente para que essas reuniões sejam mais participadas, para que não estejamos aqui em Assembleia a discutir coisas que poderiam e obviamente não está a dizer, que não é importante a intervenção democrática, mas há questões que seriam mais facilmente explicáveis e não havia necessidade de se demorar tanto tempo a compreendê-los.

Susana Constante, BE, relativamente à complexidade, o que disse foi que o Executivo tem sempre ou de vai tendo e foram pontuais as situações em que isto não acontece. Vai tomando a iniciativa de promover estas reuniões, falo da iniciativa do Executivo e disse também que nem todas as forças políticas sempre aderem a este momento, o Bloco de Esquerda, tem consciência da sua capacidade, nomeadamente, considerando que temos uma pessoa eleita e que ninguém nem esta pessoa eleita, nem os restantes membros da lista, que possam aqui em rotatividade dentro determinados limites, substituir, ninguém é profissional disto, pelo contrário temos os nossos compromissos de sobrevivência e portanto nos momentos em que isto não é possível, não pode ser alvo de uma crítica, no contexto daquilo que é a disputa democrática que assim seja, fora os momentos em que não foi possível o Bloco de Esquerda, esteve presente, inclusive na última vez quando foi a revisão orçamental e na Assembleia de Freguesia, dessa mesma revisão orçamental frisamo-lo, o executivo disponibilizou-se para fazer uma reunião extra para todos os efeitos connosco à distância e portanto em ponto nenhum da sua intervenção anterior disse que o executivo não está disponível, só alertou e fez a nota de que precisamente vale a pena não perder esta prática, porque é uma boa prática que valorizamos e que desta vez não aconteceu e que mesmo que a iniciativa seja tomada e não apareça ninguém, ganha com isso o Executivo, que não apareceu ninguém mas tomou a iniciativa, porque manteve a prática. Acha que foi muito clara, portanto se fica perplexa muito bem, não será por falta de clareza naquilo que foi a sua intervenção, que não foi de crítica e fez nota disso mesmo. Sobre as questões que aqui são levantadas e como dissemos muitas vezes tantas nestas Assembleias, quanto nas reuniões em que estivemos, às reuniões e os esclarecimentos técnicos não pretendem, não podem servir para retirar o espaço do debate político e as questões que podem ser colocadas nos momentos dos esclarecimentos e que são deliberadamente aqui repetidas e, portanto, mesmo que houvesse a reunião as questões seriam aqui colocadas na mesma. Era o que faltava ficar no debate político, porque há um esclarecimento do Executivo feito anteriormente. Espera

que tenha ficado mais claro agora, mas respeito a legitimidade da perplexidade, mesmo tendo sido clara.

Presidente da Assembleia de Freguesia, interveio para acrescentar que foi combinado por ele e pelo executivo que esta prestação de informação, iria estar sempre disponível antes das Assembleias, foi feita e tem-se mantido e acha que se vai manter até ao final do mandato, que o Executivo esteja sempre disponível para ajudar e para esclarecer alguma dúvida que tenham. Foi posto aqui uma reunião presencial para quem quiser, mas sempre foi solicitado que fosse feito a distância por telefone, que fosse feita e sempre fizeram e por isso acha que esteve e está sempre disponível e se entenderem que devem fazê-lo, a questão política é discutida depois aqui, isto é mesmo um esclarecimento de dúvidas, não é mais nada. Nestas reuniões vem quem quer, que fique esclarecido.

Susana Constante, BE, se foi enviado email para se estar presente, não o recebeu e pede desculpa se houve algum lapso, ou se não se fez entender, mas ao contrário do que é usual não recebeu nenhum e-mail a dizer no dia tal em que estamos disponíveis para esclarecimentos. Não recebeu esse email e se ele existiu, pede desculpa ao Executivo, mas não recebeu o email.

Presidente da Assembleia de Freguesia, se não recebeu que fique claro que há sempre esta possibilidade de fazer os esclarecimentos.

Tesoureiro da Junta, Luís Grabulho, interveio para repetir o que disse na última Assembleia, e o e-mail foi enviado a convocar para a reunião, consoante a disponibilidade e nesse e-mail enviado, fez questão e combinou com a D. Susana, que quem não pudesse por qualquer motivo, não tivesse horário para estar presente naquela altura, para nos indicar o dia e a hora em que podiam vir e tentaria arranjar disponibilidade. Disse na Assembleia anterior e volta a dizer mais uma vez, que quer recebam e-mail, quer não recebam, liguem para os serviços e digam que querem falar comigo e tem toda a disponibilidade para estar com vocês, mesmo se for preciso vir a noite, fora de horas, para prestar os esclarecimentos que entenderem. Para além disso, compreende o que o Pedro disse e muito bem, que para analisar esta documentação toda com o volume que tem é preciso tempo, mas para esclarecer pormenores de tanta documentação, a Assembleia não chega, se quisermos ser devidamente esclarecidos sobre isto numa Assembleia, para esclarecermos todas as pessoas, ou começamos a Assembleia e prolongarmos por mais duas ou três ou voltamos sem ser esclarecidos, que também acha que não interesse, o ideal, crê que seria cada vez mais reunirmos antecipadamente, analisarem e podem enviar as questões por mail, que nós respondemos. Perante as alterações que a Lei fez, perante a implementação do SNC-AP, ou se muda o procedimento e eu compreendo que a Susana disse e muito bem, estamos numa fase de adaptação, pois esteve numa formação promovida pela Anafre, que nos disseram muito concretamente que 2020 foi praticamente o ano zero, depois de várias tentativas de arrancar com o SNC-AP, arrancou mesmo em 2020 e foi o ano zero por exemplo uma das coisas que nos disseram logo de muito concreto é que no primeiro ano a DGAL, iria ser um bocado benevolente em relação a alguns prazos devido a estarmos na adaptação, mas disse que em 2021, ou os mapas então todos direitinhos, felizmente nós conseguimos fazer isso em 2020 porque quem não conseguir fazer isso em 2021, quando vier o FFF, vai ter a retenção até que seja tudo submetido. Muitos destes mapas, e compreende o pedido do Dr. Marco, poderiam ter ali outro tipo de informação só que isto são mapas fechados, que depois são submetidos a DGAL. A DGAL também está a fazer uma alteração contínua, ou seja, mais alguns esclarecimentos dos técnicos da DGAL e o processo tem tido várias alterações ao longo do ano. É natural que venham a surgir aqui outras alterações, sendo certo, que nós não podemos fugir

ao formato destes mapas, porque este mapa são os que vão ser submetidos depois a Tribunal de Contas e tem de ter todos a mesma formatação, senão não se consegue perceber o que é que lá está. É o que temos, é com esta informação que temos que lidar e felizmente, se calhar para um lado ainda bem que assim, porque quem analisar esta documentação e quem analisar a documentação anterior de certeza que tem ali muito mais pontos por onde pode ser esclarecido, certeza que é uma informação muito mais transparente. Ainda bem que foi implementado, embora dê muito mais trabalho e obriga a um reforço adicional, também creio que será mais nesta fase de transição, posteriormente não há problema nenhum. Creio que as pessoas se vão adaptar e nesse aspeto, isso já está a correr melhor. A questão levantada pelo Eng. Casimiro, em relação ao investimento, houve de facto algum investimento no edifício de Massarelos, mas tivemos necessidade de fazer aqui algumas obras de adaptação. Em 2020 não conseguimos arrancar com obras, mesmo pela dificuldade que houve com o COVID-19, dificuldade em arranjar empreiteiros e depois por outra dificuldade, a própria forma como as coisas estão organizadas é complicado começar uma obra num ano e não acabar nesse ano. Fizeram uma alteração orçamental, que possibilita fazer as obras já em junho ou julho e na Assembleia de junho, depois fica ali um tempo muito curto para executar as obras com alguma complexidade, algumas das obras nós conseguimos arrancar neste momento, os ossários já estão praticamente concluídos e o Salão Nobre de Lordelo também já arrancou, dentro de um mês deve estar concluído e na próxima semana será a requalificação do espaço do piso um. O projeto para requalificar o Salão Nobre e a colocação de elevador é um bocado mais complexo principalmente por causa do elevador e assim ainda não está pronto para nesta fase de projeto. Basicamente são essas as obras com mais envergadura. Em Lordelo para conseguirmos fazer o projeto para requalificação da sede, temos uma situação em que parte das instalações estão ocupadas pelo Centro de Saúde e Infante Sagres e por outro lado temos de resolver isto, de maneira a reclassificarmos a sede e conseguimos criar melhores condições de trabalho para atender a população e trazer o Espaço Cidadão e os CTT, que atualmente estão a funcionar no Centro Comercial Campo Alegre, estão temporariamente e pela experiência que temos, parece que está a correr bem e as pessoas gostam de estar ali, porque têm mais condições, do que estar cá fora à chuva e ao vento como estavam nesta situação de pandemia, mas logo que seja possível esse serviço regressa também para a Sede e não para o Centro Cultural, que se vai ter outra utilização, pois vamos devolver aquela zona da Freguesia um espaço que faz bastante falta.

Marco Leitão, PS, interveio para agradecer os esclarecimentos prestados, mas o que gostaria de dizer é que percebeu a explicação que foi dada pelo Contabilista, Dr. Nelson, mas não conhece a Lei que se aplica as alterações e, portanto, obviamente que acredita naquilo que disse e não lhe cabe fazer considerações sobre a legislação em vigor. Ainda assim, tendo em conta aquilo que disse, que houve alterações nas rubricas e foi o próprio executivo que fez e pode fazer, nem isso está em causa, o que sugeria para a próxima houvesse uma informação complementar, não tem que ser esta documentação que tem que ser apresentada, obrigatoriamente e relativamente a isso é para nós sabermos, também é importante que a própria Assembleia Freguesia, mesmo que não tenha que votar sobre isso, mas tenha conhecimento das alterações que foram efetuadas nas respetivas rubricas, acha que é uma questão de bom senso, não em termos legais, mas bom senso para que a própria Assembleia de Freguesia, possa também acompanhar essas alterações que foram feitas. Não pode também de deixar de dizer que a reunião e acham muito bem que haja a reunião, o que acontece é que muitas vezes, fala por si, pois ontem àquela hora ainda não tinha conseguido analisar toda a documentação ou seja para ele o tempo de ir até aqui ou estar a telefonar, não ia ser útil e também é verdade como disse a

Dra Susana e muito bem, que a discussão tem que ser feita aqui em Assembleia de Freguesia, existe para isso, para discutirmos e para pormos dúvidas e também neste caso não há público, mas também para o público assistir a essas dúvidas. Acha que uma coisa não tira a outra, quem puder ir às reuniões, mas o foco, o momento é aqui na Assembleia de Freguesia e finalmente para dizer que conforme tem sido habitual vão se abster, portanto, isto é, no fundo o que vai ser aprovado é o Relatório de Atividades, relativamente ao Plano de Atividades do ano passado que nos abstivemos também, é a votação normal neste tipo de situações e esperam que para a próxima possam ter mais informação.

Presidente da Assembleia de Freguesia, passou a votação do ponto dois da ordem de trabalhos,

“Apreciação e votação do Relatório de Atividades e Contas do ano de 2020;

Contra – zero

Abstenções – 7 (1BE, 4 PS, 2 CDU)

Favor – 10 (8 RM, 2 PSD)

Passou de seguida ao ponto três da ordem de trabalhos “Apreciação do Inventário da Autarquia;”

Não houve intervenções neste ponto.

De seguida, o ponto quatro da ordem de trabalhos “Apreciação da informação escrita da Presidente da Junta de Freguesia, acerca da atividade desta e da situação financeira, nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 9º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, relativa aos meses de janeiro, fevereiro, março e abril.”

Presidente da Junta, Sofia Maia, cumprimentou todos os presentes. Em relação à informação trimestral, estão plasmadas todas as situações que têm conseguido fazer dentro do contexto habitual e acha que é importante frisar um pouco todas as situações que têm sido feitas por esta União de Freguesias e do qual todos nós aqui presentes nos devemos orgulhar. Infelizmente por causa que não é nada positiva, mas conforme já disse também a Susana no outro ponto, temos que agir perante as situações complexas que nos têm surgido dia a dia. Não podemos esquecer que entre o ano 2020 e este primeiro trimestre de 2021, esta União de Freguesias nunca deixou desde o dia treze de março 2020, de prestar diariamente todo o apoio a todos os que mais necessitaram de nós nesta Freguesia. Agradeceu às várias entidades, que ao longo deste último ano que nos criaram aqui uma excelente cooperação com a União de Freguesias, desde os Centro de Saúde, desde as Associações, desde as Escolas, em que conseguimos constituir em rede uma resposta a todos aqueles que mais precisaram de nós. Quanto aos nossos utentes do Centro de Dia, do Centro Social da Arrábida, neste caso, em que desde março até o presente

momento foram entregues mais de catorze mil refeições, ou seja, todos os dias entregam os almoços aos nossos utentes. Os nossos utentes do Centro de Convívio de Massarelos, em que se entregaram cerca de sete mil lanches ao longo deste último ano. O nosso plano de apoio, em relação ao apoio financeiro das freguesias, sem sombra de dúvida houve muitos gastos que, ainda hoje veio uma notícia da Anafre, em que o Presidente da Anafre, teve uma reunião com o Governo, para tentar que alguns valores que foram gastos em relação ao COVID, sejam recuperados pela União de Freguesias e pelas freguesias. Por alto, sem dar um número em concreto, temos até ao momento, só de apoio extra Covid, mais de cem mil euros, desde acrílicos para o Centro de Saúde, acrílicos para os serviços da Junta de Freguesia, máscaras EPIS, esses não só para uso dos utentes e dos colaboradores da junta, mas também para as Instituições, desde a Casa Lordelo, a Obra Nossa Senhora da Boa Viagem, às Escolas, Centro de Saúde, gel desinfetante, fundo social de emergência, que infelizmente até ao presente temos um valor de cerca de oitenta mil euros gastos. As refeições para os sem-abrigo, estamos a falar entre março, abril, maio e junho, em que infelizmente tivemos que ir para o terreno cobrir esta situação, hoje em dia já através da rede social colmatada. Tivemos que inclusive fazer uma oferta de uma tela ao Centro de Saúde de Lordelo, porque os utentes esperavam a chuva; o Centro Materno-Infantil, um reforço, ou seja todo o nosso apoio o ano passado as associações, houve associações que tiveram de duplicar o valor do subsídio e não vamos estar aqui a dizer se foi o Governo, se ele devia ajudar e é lógico que é importante um reforço para as freguesias, acha que deve ter-se em atenção esta situação, mas acima de tudo, acha que é de frisar que todos nós, quando diz todos nós, não é só o Executivo, mas também a própria Assembleia, as próprias Instituições, os próprios Centro de Saúde, as próprias escolas, estivemos num momento, estivemos presentes, dissemos sempre sim ao dia a dia e acha que é de louvar mais uma vez e repito aquilo que já disse na última Assembleia, isto aqui plasma meia dúzia de números que esta a dar, plasma toda a importância e mais alguma de uma Junta de Freguesia. Foi a Junta de Freguesia que como é lógico, o Governo não pode ter essa proximidade, mas temos de responder de imediato, foram as Juntas de Freguesia que tiveram desde o primeiro minuto nesta situação e realmente acho que é muito importante haver a descentralização, acha muito importante haver mais competências para as Uniões de Freguesias ou para as Freguesias, porque somos nós que estamos presentes, somos nós que ouvimos a pessoa e todos os dias, infelizmente, temos que entregar cabazes porque estão a passar por situações e realidades muito complexas. A proximidade sem sombra de dúvida é muito importante, fomos todos apanhados de surpresa e acha que estamos aqui para continuar com todo o vosso apoio, com todas as vossas sugestões, continuar e a servir os nossos fregueses que é para isso que nós aqui estamos. Obrigada.

Por fim, e não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão, tendo sido lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da mesa da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

António José Miguel de Faria e Alameda

 Carlos Alberto de Oliveira

 Alexandra Paula da Silva Sá